

**Transformação**  
do Estado

# **Plano mais Brasil**



# Caminho da Prosperidade

## Ajuste fiscal



**Mais dinheiro para investimento**

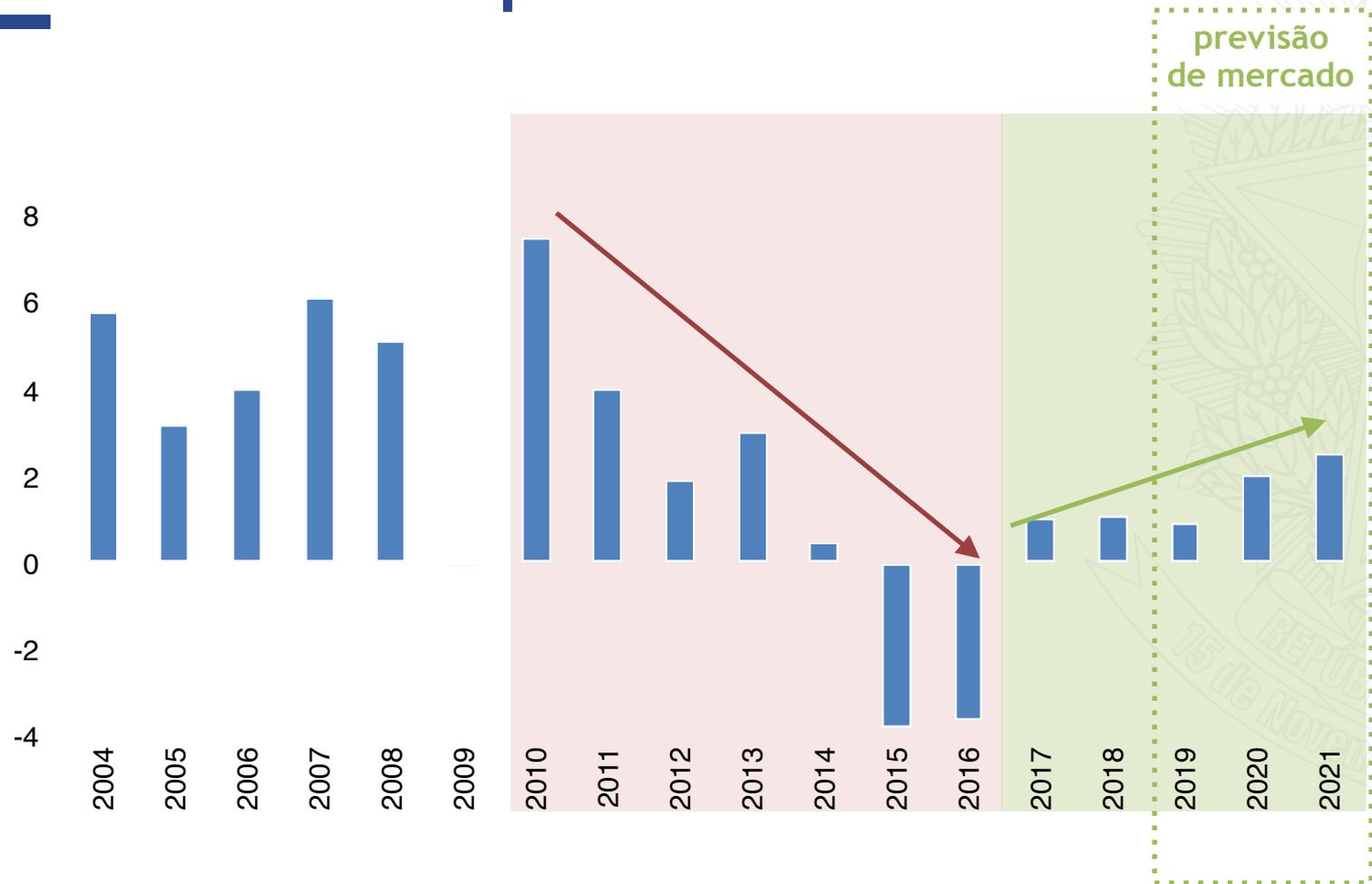
## Crescimento sustentável



**Mais emprego**

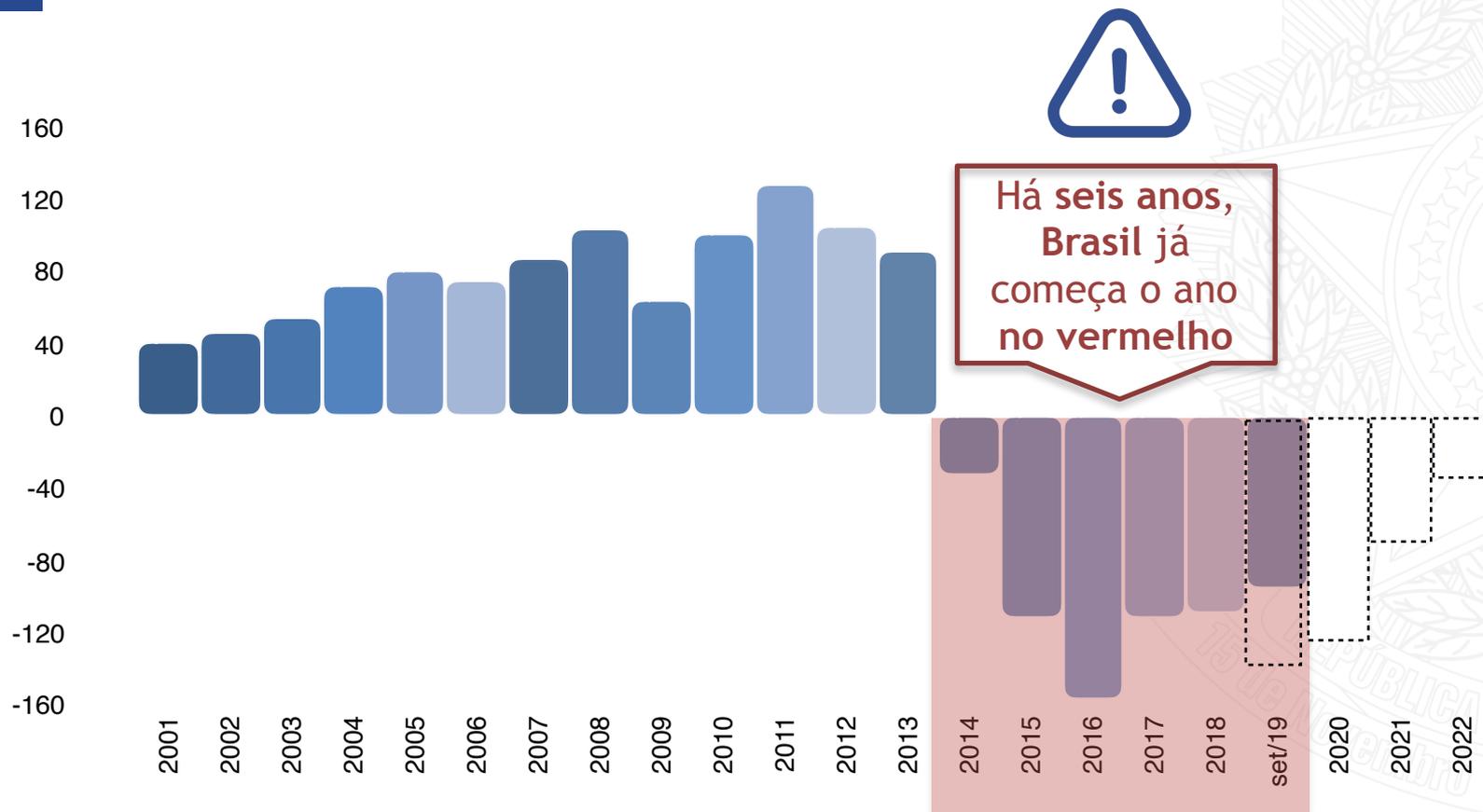


# Descontrole de contas comprometeu o crescimento do país



Fonte: IBGE e Focus (BC)

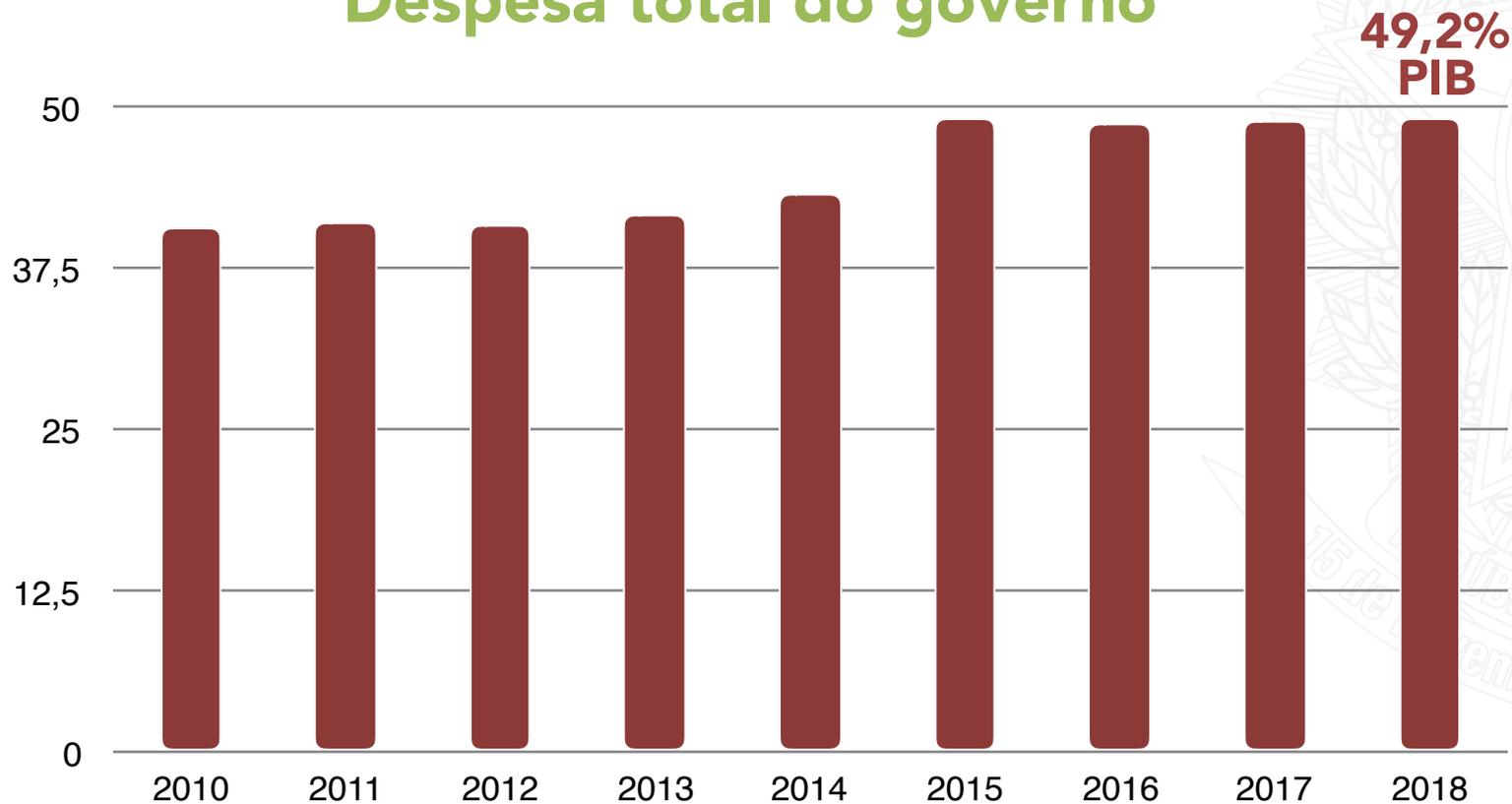
# Governo gasta mais do que arrecada



Fonte: BC

# Máquina que gasta muito

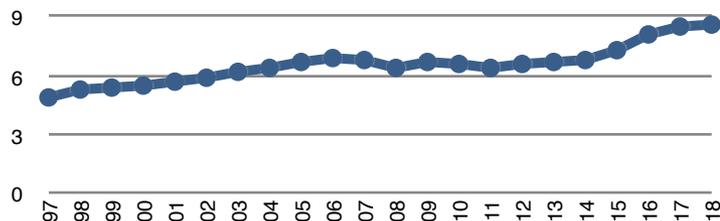
## Despesa total do governo



# Solução para os piores problemas

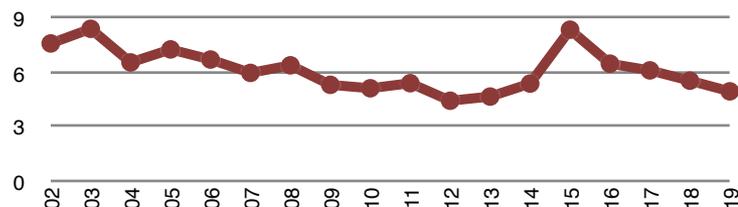
(%PIB)

## Previdência



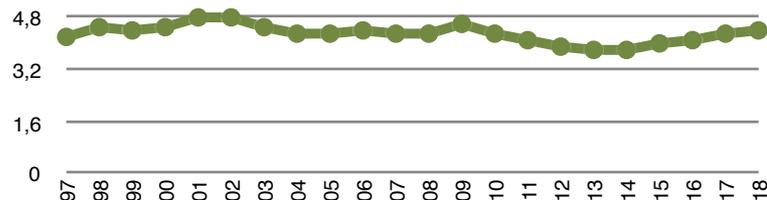
**Nova  
Previdência**

## Juros\*



**Privatizações**

## Pessoal



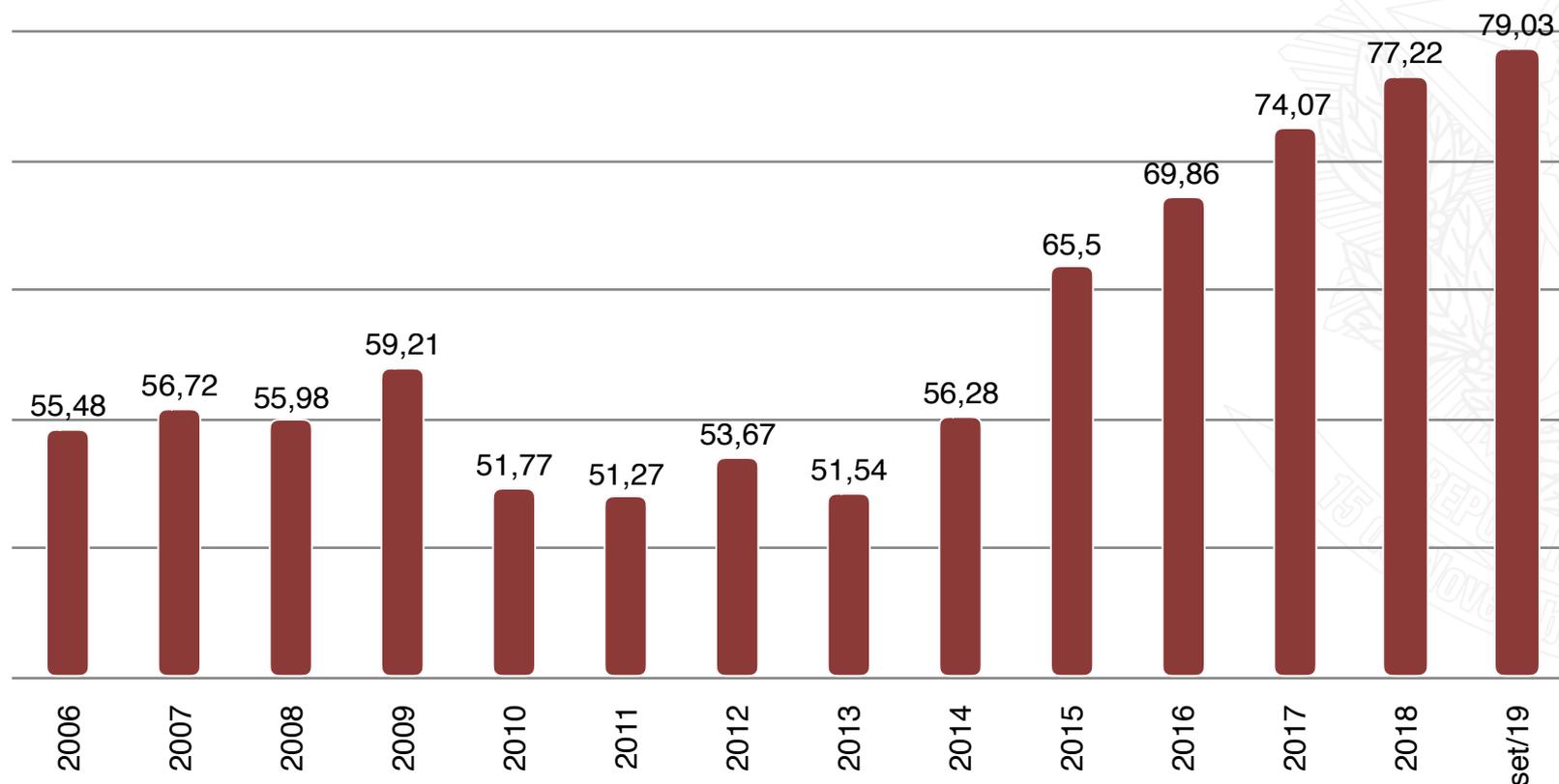
**Nova  
Administração  
Pública**

\*Setor Publico Consolidado

# Dívida pública explodiu nos últimos anos

(%PIB)

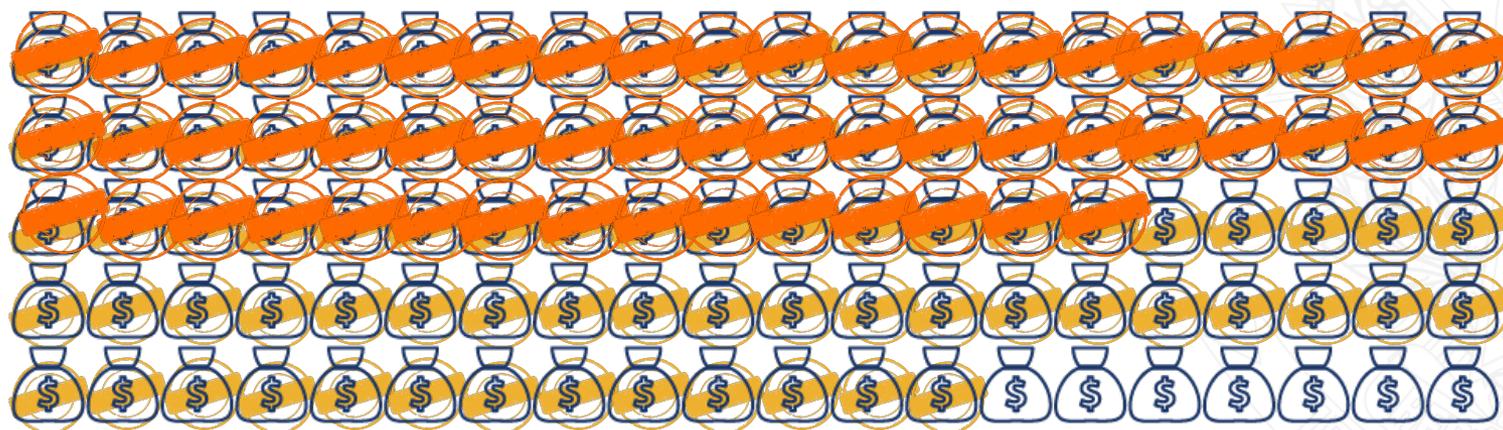
R\$ 5,6 trilhões



Fonte: BCB

# Cenário atual

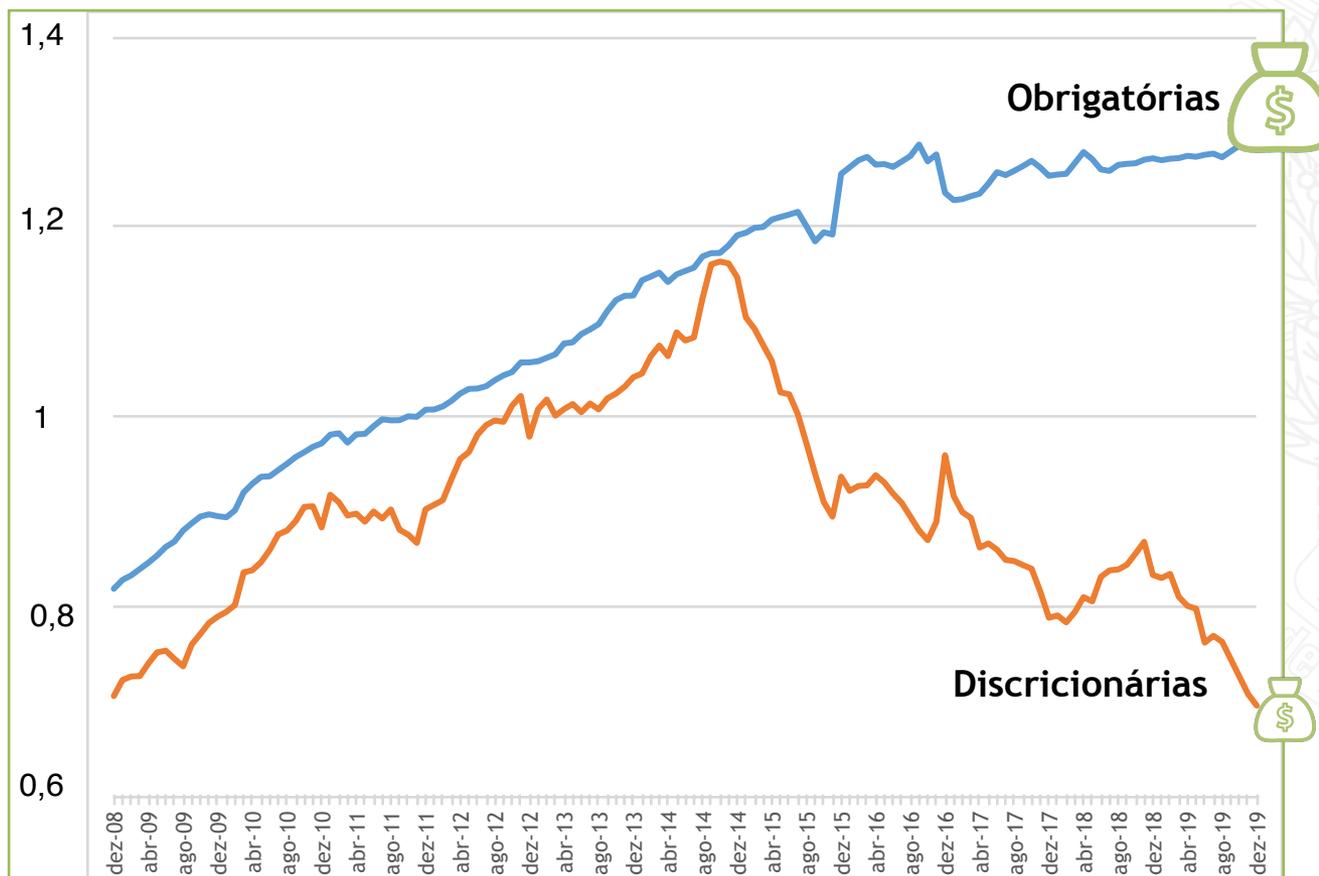
De cada **R\$ 100** do Orçamento da União:



**R\$ 93**  
engessados em  
despesas  
obrigatórias

**R\$ 65** para folha  
de pagamento

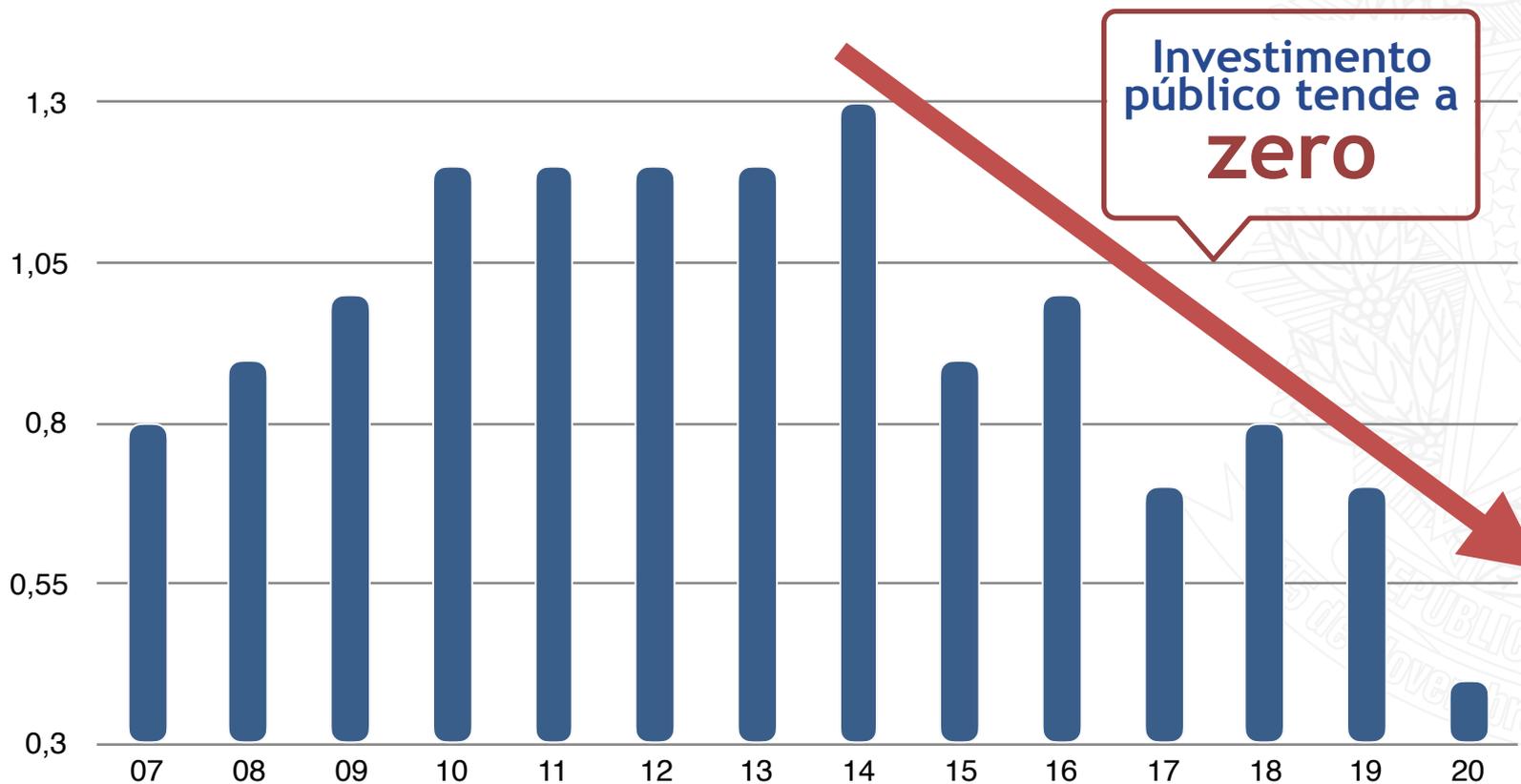
# Orçamento cada vez mais engessado



R\$ trilhão  
Fonte: Tesouro

# Se nada for feito...

(%PIB)



Fonte: STN

# Crise também nos Estados



Estados já em emergência

\*Estados que têm despesa de pessoal maior do que 60% da receita corrente líquida

# A Transformação do Estado

## Capítulos

- ▷ 1: O Novo Marco Institucional da Ordem Fiscal e o Conselho Fiscal da República
- ▷ 2: Estado de Emergência
- ▷ 3: Plano de Fortalecimento dos Estados (Plano Mansueto)
- ▷ 4: Desvinculação de Fundos Públicos
- ▷ 5: Fortalecimento da Federação
- ▷ 6: Nova Administração Pública
- ▷ 7: Reforma Tributária
- ▷ 8: Privatizações

# Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

## PEC Pacto Federativo



# Plano Mais Brasil

## Índice

---

- ▶ Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal
- ▶ Autonomia com Responsabilidade
- ▶ 3 Ds
- ▶ Fortalecimento da Federação
- ▶ Contas Públicas Sustentáveis - Novas Regras
- ▶ Segurança Jurídica
- ▶ Estado de Emergência Fiscal

# Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal



## CONSELHO FISCAL DA REPÚBLICA

Representantes do governo federal, os presidentes da República, Câmara, Senado, STF, TCU, governadores e prefeitos avaliam a **sustentabilidade** financeira da Federação e garantem fundamentos sólidos.



## ORIENTAÇÃO NORMATIVA DO TCU

Uniformizar a interpretação de conceitos orçamentário-financeiros para **evitar divergências entre tribunais de contas de estados e municípios.**



## ORÇAMENTO DE LONGO PRAZO

Programas e obras ganham previsão no orçamento para que os fluxos de recursos não sejam interrompidos. O PPA será extinto.



## COMPROMISSO ENTRE GERAÇÕES

É direito das futuras gerações não herdar dívidas que não tenham sido feitas para investimentos.

# Marco Institucional da Nova Ordem Fiscal



## REALISMO ORÇAMENTÁRIO

Leis e decisões judiciais que criam despesas só terão eficácia quando houver previsão no orçamento.



## BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS JUSTOS

Benefícios serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, a partir de 2026, não poderão ultrapassar 2% do PIB. Enquanto estiver acima desse teto, não pode haver concessão, ampliação ou renovação de benefício tributário.

# Autonomia com Responsabilidade



## DISTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA

Transferência de royalties e participações especiais a todos estados e municípios



## A UNIÃO NÃO SERÁ MAIS FIADORA

Ao fortalecer as finanças regionais com repasses e com Plano de Equilíbrio Fiscal, União só dará, a partir de 2026, garantias às operações de estados e municípios com organismos internacionais.



## CADA UM ASSUME SUA CONTA

Fica proibida operação de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por meio de fundo, autarquia, fundação ou estatal.



## QUEM FEZ A DÍVIDA, ARCA COM ELA

Com mais recursos para o reequilíbrio de estados e municípios, a União fica proibida de socorrer entes em dificuldades fiscal-financeiras a partir de 2026.

# Os 3Ds - **Desobrigar, Desindexar e Desvincular**

3  
D's

## **AUTONOMIA DOS ESTADOS**

Ao fortalecer estados e DF, a União não precisará mais dar crédito para que os entes paguem precatórios.

3  
D's

## **MENOS BANCO, MAIS DESENVOLVIMENTO**

A parcela do FAT destinada ao BNDES será de 14%.

3  
D's

## **INDEPENDÊNCIA DO GESTOR**

Estados e municípios passam a receber toda a arrecadação do salário-educação e a definir o uso dos recursos.

3  
D's

## **LIBERDADE DENTRO DAS PRIORIDADES**

Os mínimos estabelecidos para saúde e educação não serão alterados. O que será permitido é o gestor administrar conjuntamente esses limites, ou seja, poderá compensar um gasto de uma área na outra.

# Os 3Ds - Desobrigar, **Desindexar** e Desvincular



## SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Despesas obrigatórias serão desindexadas em casos de emergência fiscal. Estão **garantidos** os reajustes dos **benefícios previdenciários** e do **BPC** pela inflação.

# Os 3Ds - Desobrigar, Desindexar e **Desvincular**



## INDEPENDÊNCIA TOTAL

Receita pública não será vinculada a órgão, fundo ou despesa.



### Exceções:

- Taxas;
- Doações;
- FPM;
- FPE;
- Vinculação Constitucional

# Fortalecimento da Federação

## UNIDOS GASTAMOS MENOS E MELHOR

Município com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total será incorporado pelo município vizinho.

## MENOS É MAIS

Nova restrição na criação de municípios.

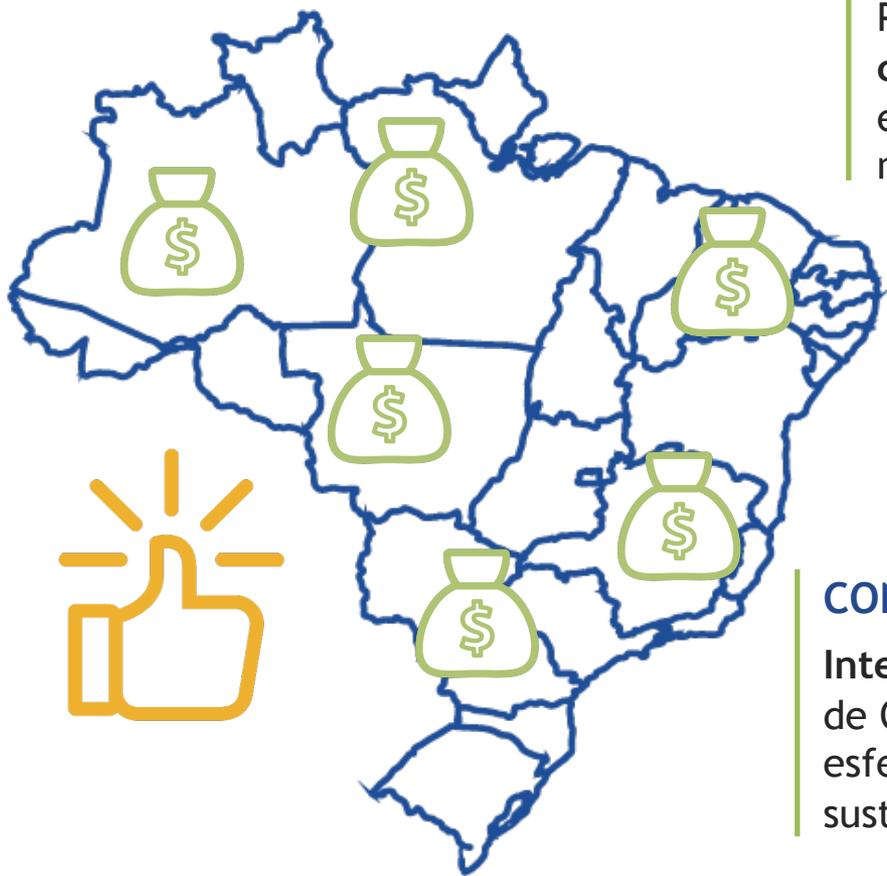


# Contas Públicas Sustentáveis

## Novas Regras

### O RECURSO É DE TODOS

PEC melhora a gestão fiscal e permite o contingenciamento para todos os poderes estaduais e municipais, como já ocorre em nível federal.



### CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Integração das regras fiscais (LRF, Regra de Ouro e Teto de Gastos), em todas as esferas de governo, para garantir a sustentabilidade da dívida pública.



## FIM DO IMPASSE DA LEI KANDIR

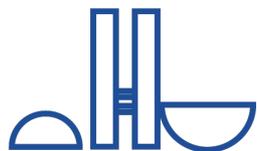
Com o repasse de royalties e participação especial do petróleo, União e estados encerrarão a disputa judicial sobre a Lei Kandir.



## FIM DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA

Fica proibido o uso de fundos de pensão e depósitos judiciais de ações entre particulares para despesas do ente federativo.

# Estado de Emergência Fiscal



## União:

Quando o Congresso Nacional autorizar o desenquadramento da Regra de Ouro



## Estados:

Quando a despesa corrente **ultrapassar 95%** da receita corrente



## Um ano de ajuste

Mecanismos automáticos  
serão acionados

# Estado de Emergência Fiscal

## Mecanismos automáticos



### CONTROLE DAS CONTAS

Em emergência, União, estados e municípios não podem promover funcionários (com exceção de serviço exterior, judiciário, membros do MP, policiais, militares e que não implique em atribuição de função).



### CONTROLE DAS CONTAS 2

Também ficam impedidos de dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreiras, fazer concurso ou criar verbas indenizatórias.



### FREIO DE ARRUMAÇÃO

Suspende a criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários.



### CONTROLE DE GASTO COM PESSOAL

Permite redução de até 25% da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos do servidor.

# Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

# PEC Emergencial



## A PEC está estruturada em 2 blocos



### Medidas Permanentes



dão instrumentos a **estados e municípios** para ajustar as contas públicas.



### Medidas Temporárias



criam condições especiais por 2 anos para **União, estados e municípios** recuperarem a saúde financeira.

# Mecanismos automáticos de ajuste

	<b>PEC do Pacto Federativo</b>	<b>PEC Emergencial</b>
	São acionados para a União só após o Congresso autorizar desenquadramento da Regra de Ouro	Quando as operações de crédito superarem as despesas de capital em 1 ano
	Medidas automáticas por 1 ano, renováveis até o equilíbrio das contas públicas	Medidas automáticas por 2 anos
	Para estados e municípios, mecanismos são acionados sempre que despesa corrente exceder 95% da receita corrente (1 ano)*	
	Não pode promover funcionário (com exceções), dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreira, fazer concurso e criar verbas indenizatórias	
	Suspende criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários	
	Permite redução de 25% da jornada do servidor com adequação dos vencimentos	
	Montante economizado terá toda sua alocação definida no orçamento	25% da economia vão para projetos de infraestrutura
	Suspende repasse dos recursos do FAT ao BNDES	

# Medidas Permanentes



## PEC do Pacto Federativo

Os mínimos estabelecidos para saúde e educação não serão alterados. O que será permitido é o gestor administrar conjuntamente.

## PEC emergencial

–



Possibilidade de adequação à Regra de Ouro poderá estar no orçamento



Inclusão das despesas com pensionistas no limite de despesas com pessoal.



Lei Complementar definirá indicadores, níveis sustentáveis de endividamento e a trajetória de convergência da dívida.



Benefícios serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, a partir de 2026, não poderão ultrapassar 2% do PIB.



Destinação do excesso de arrecadação e do superávit financeiro à amortização da dívida pública.

# Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

## PEC dos Fundos Públicos



# Situação dos Fundos Públicos

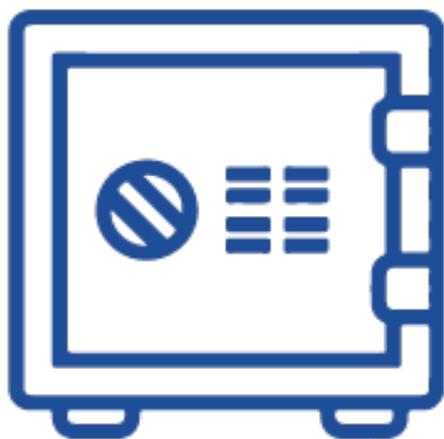


Existem  
**281 Fundos públicos**  
no Brasil

Há quase  
**R\$ 220 bilhões**  
**parados** em fundos  
enquanto o país está  
no vermelho



# Alguns dos Fundos Públicos



Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

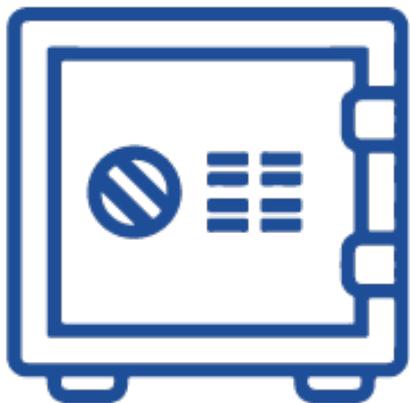
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento

Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC

# Problemas atuais



**Congresso não tem poder de decidir**  
como usar o dinheiro dos fundos



- **Não permite uso** em áreas em que a sociedade precisa;
- Atrapalha a gestão da dívida;
- Tira **flexibilidade dos orçamentos**;
- **Há dinheiro perdido** também em fundos de estados e municípios.

# PEC dos Fundos Públicos

## menos juros para a sociedade



Brasil gastou **R\$ 379 bilhões** em juros em 2018.



Essa conta já chegou a **R\$ 540 bilhões** em 12 meses (jan/16).



Dinheiro parado nos fundos podem abater juros e diminuir o esforço da sociedade para controlar a dívida.

# PEC dos Fundos Públicos

Dinheiro já parado nos fundos será usado (da única maneira possível): para **pagamento da dívida pública**.

Novos recursos: serão aplicados prioritariamente nos programas de Erradicação da Pobreza e de Reconstrução Nacional.

**Extinção de fundos:** A maior será extinta no fim do segundo ano subsequente à aprovação da PEC.

Exigência de **lei complementar** para a criação de fundos públicos.



**Dívida menor**



**+ Social**



**+ Investimento**



**Menos complicação**

# Plano mais Brasil

A Transformação do Estado

**Impacto**  
das três  
propostas



# Mais investimento Menos dívida



**R\$ 400 bi**  
da União para  
estados e municípios (15 anos)



até **R\$ 50 bi**  
para investimentos  
em 10 anos apenas  
na PEC Emergencial



**R\$ 220 bi**  
parados em fundos para  
abater juros da dívida  
pública



# Pavimentar o caminho para o crescimento sustentável



Brasil vai virar a página do problema fiscal e pode voltar a receber o “*investment grade*”, o chamado grau de investimento.



ECONOMIA



DESEMPREGO

Expectativa de fortes fluxos de investimentos externos no setor produtivo e retomada do crescimento econômico e queda do desemprego.

**Transformação**  
do Estado

**Obrigado**

